

## **O PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (PNPM) E AS PROFESSORAS MULHERES: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A SALA DE AULA**

*Raquel Borges Salvador*

*Daniela Auad*

**RESUMO:** O presente trabalho noticia dissertação de mestrado que pesquisou como se estruturam as interfaces entre as políticas públicas para a igualdade de gênero e as ações e reflexões de professoras dos anos finais do Ensino Fundamental (6<sup>os</sup> aos 9<sup>os</sup> anos) em uma escola da rede pública do município de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais, a partir de leituras do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM, SPM, 2008). Foram feitas análises do citado Plano e estudo comparativo com o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Foram também realizadas entrevistas com docentes do ensino fundamental para saber se tal documento e seus pressupostos chegaram até o conhecimento das professoras e como pode ter influenciado a ação e reflexão das práticas pedagógicas, na direção de desconstruir os discursos binários e hierarquizados de gênero.

**Palavras chave:** políticas públicas, feminismos, plano nacional de políticas para as mulheres, plano nacional de educação, formação de professoras, relações de gênero.

### **Introdução**

Qual a contribuição das conferências internacionais pelos direitos das mulheres para as conferências e políticas públicas nacionais, como a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (IICNPM, 2008) e o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM, SPM, 2008)? Como essas políticas estão contribuindo ou podem vir a contribuir para a desconstrução das desigualdades de gênero nas escolas? Se/como as professoras dos 6<sup>os</sup> aos 9<sup>os</sup> anos do Ensino Fundamental de uma escola pública de Juiz de Fora se apropriam de tais documentos e seus pressupostos para refletirem suas práticas pedagógicas? O que está proposto no II PNPM (BRASIL, SPM, 2008) chegou até o cotidiano escolar e abrangeu as formações e percepções das professoras? Foram esses questionamentos que nortearam a pesquisa que resultou em Dissertação de Mestrado cujo objetivo foi perceber como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), especificamente sua segunda versão, o II PNPM (BRASIL, SPM, 2008).

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa, o III PNPM (SPM, 2013) ainda estava vigorando, sendo avaliado em 2015. E como o capítulo sobre Educação desse Plano Nacional chegou até a escola, a partir do que está estabelecido em seus objetivos, prioridades, metas e

ações, a fim de viabilizar uma educação voltada para a igualdade de gênero, onde os questionamentos e debates sobre a hegemonia binária e heteronormativa possam ser de desconstrução, visibilizando as variadas apropriações de gênero no espaço escolar, para além de ser menina e mulher, menino e homem.

Foram realizadas as análises do plano, bem como suas contextualizações no caderno “Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos”, da Secretaria de Educação Continuada Alfabetização Diversidade e Inclusão (SECADI, MEC, 2007) e do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). Além de serem realizadas observações sobre como e se tal documento é de conhecimento de um grupo de professoras dos anos finais do Ensino Fundamental, de modo a interferir na ação docente, na reflexão de suas práticas pedagógicas e no seu conhecimento sobre os processos educacionais.

Também foram desenvolvidas pesquisas de campo, bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi feita nos *sites* do Banco de Teses e Dissertações da Capes e de instituições de Ensino Superior Estadual e Federal, que apresentaram números significativos de pesquisas sobre a temática Gênero e Educação, como UFBA, USP, UNICAMP, UFMG, UFRGS, UFSC, UFPB. Foram consideradas palavras-chave as seguintes expressões de busca: Gênero e Educação e Coeducação. A pesquisa documental sobre a história das quatro Conferências Mundiais para as Mulheres e demais encontros que contribuíram para as elaborações e as implantações das políticas públicas estudadas foi realizada através de informações dos próprios documentos, relatórios das conferências pesquisadas, *sites* de projetos acadêmicos virtuais como o Museu Virtual Bertha Lutz (UnB), o *site* “mulheres no Brasil”, da ONU Mulher e o *site* da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e do MEC. No que se refere ao campo de pesquisa, entrevistas semiestruturadas e individuais sobre o PNPM foram realizadas com as professoras participantes. Essa metodologia adotada permitiu conhecer as trajetórias profissionais, com especial foco nos desdobramentos sobre questões relacionadas à igualdade de gênero no espaço escolar.

### **Construindo os contornos da pesquisa**

A pesquisa empreendida em nível de mestrado se pauta nas perspectivas feministas igualitarista e interseccional para analisar os impactos (ou não) do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM, SPM) sobre a educação no que concerne à temática gênero na escola, através dos relatos de um pequeno grupo de professoras dos anos finais do Ensino Fundamental (6ºs aos 9ºs anos).

Para delinear feminismo igualitário, Daniela Auad (2002/2003, p. 139) discorre como a corrente que defende que toda diferença entre o masculino e o feminino é construção social, e tais diferenças acarretam a opressão das mulheres em relação aos homens, pois essas e muito do que se construiu como pertença ao feminino são inferiorizados. E para pleitear a igualdade para as mulheres em relação aos homens é necessário ir além das redefinições de modelos, pois urge perceber quais mulheres são mais vulneráveis às discriminações e violências diversas. Como assevera Mary G. Castro (2005, p. 8), na alquimia entre gênero, raça e classe alguns grupos de mulheres perdem mais que outros. Então, é importante olhar a interseccionalidade entre essas categorias para conhecer como os tradicionais arranjos de gênero subtraem e impedem a autonomia de diversos grupos de mulheres e meninas.

É pertinente considerar Kimberlé Crenshaw (2002, p. 173), com suas ímpares colocações sobre as intersecções do gênero com a raça, a classe, a geração, a orientação sexual entre outras categorias como fator imprescindível para analisar todas as formas de discriminação contra todos os grupos de mulheres, e que essas discriminações e violências vão se aprofundando à medida que tais categorias se correlacionam, corroborando para que alguns grupos e/ou subgrupos de mulheres sejam mais vulneráveis que outros.

Sob tal perspectiva, ao abordar as questões assertivas da pesquisa, é possível perceber como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, através de seus objetivos, prioridades e ações, propõe políticas públicas para que a educação seja um mecanismo para garantias de direitos e empoderamento desses grupos de mulheres que sofrem todas as formas de discriminação que geram violências, bem como as professoras, sujeitos da pesquisa, percebem essas relações de gênero nas suas ações e reflexões em meio ao ambiente escolar. Elas dialogam sobre tais assertivas e debatem os discursos sócio culturais que envolvem essas categorias. Também foi analisado como e se essas educadoras reconhecem grupos mais vulneráveis de mulheres e meninas no espaço escolar a partir da intersecção do gênero com raça/etnia, classe, orientação sexual, identidade de gênero e geração. E a partir desse viés, perceber quais aproximações e distanciamentos há entre os planos de ações estabelecidos pelo II PNPM (SPM, 2008) e a escola, através das práticas docentes.

Para compreender as desigualdades de gênero instituídas nas diversas searas sociais, incluindo a escola, é importante abordar que o conceito de diferença é definido por Kathryn Woodward (2011, p.40) como aquele que marca a identidade, através de sistemas simbólicos de representação e de formas de exclusão social, que divide e marca uma determinada população. E sua definição pode ser contextualizada nos argumentos de Tomaz Tadeu Silva (2014, p. 97), ao apontar que essa diferença que divide é um problema pedagógico a ser

trabalhado no ambiente escolar, pois a escola é um cenário perpassado pela interação com o outro, e esse outro pode ser o outro gênero, a outra sexualidade, a outra raça, o outro corpo diferente. Ainda, segundo o autor<sup>1</sup>, uma estratégia pedagógica de cultivar os bons sentimentos para com a diversidade cultural e o outro na escola não questionaria as relações hierarquizadas impostas, e sim criaria dicotomias entre a identidade hegemônica tolerante e as identidades dominadas toleradas, que seria “incluída” no universo da identidade dominante “benevolente”. Com essa percepção, passível de ser percebida como *liberal*, cujos ditames conclamam o “respeito à diversidade” e “igualdade de oportunidade” mascarando as assimetrias, as práticas pedagógicas e currículos não se chegaria à raiz do problema, de modo a desconstruir as concepções discriminatórias e hierarquizadas que sustentam as desigualdades.

Partindo dos referenciais acima, a pesquisa compreende a escola como *locus* para a investigação das relações de gênero em seu interior, assim como o estudo da aplicação de um currículo e de uma pedagogia que realmente questionem como se engendram e se constituem as relações de poder desiguais. Para tanto, se fez necessário investigar como e se essas educadoras refletem as suas práticas a partir do que se propõem em políticas públicas aqui mencionadas e nas quais as ações educacionais deveriam ser referenciadas.

### **Caminhos metodológicos para delinear a pesquisa**

A pesquisa aqui relatada teve cunho qualitativo, cujo conceito pode ser fundamentado com base no que afirma Renata A. Giovanazzo (2001). A autora alerta que em determinadas pesquisas importa detectar a presença ou a ausência de certo fenômeno estudado, não se importando sua intensidade. Assim, o objeto dessa pesquisa foi compreender as aproximações e distanciamentos entre as políticas públicas e a sala de aula, através de ações e pensamentos de professoras dos 6<sup>os</sup> aos 9<sup>os</sup> anos do Ensino Fundamental sobre igualdade de gênero na escola, com base nas propostas de políticas públicas. E destaque-se que, neste trabalho, foram considerados o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM, SPM, 2008).

A pesquisa qualitativa foi importante para o desenvolvimento e a estruturação de três procedimentos: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e coleta de dados no campo, através de entrevistas semiestruturadas e individuais. Foram traçados os seguintes objetivos

---

<sup>1</sup>*Ibidem, Idem*

que essa pesquisa pretende atingir: conhecer a história de encontros internacionais e nacionais que corroboraram para as implantações de políticas públicas para a igualdade de gênero, até a elaboração do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM, SPM, 2008), bem como conhecer a continuidade de revisão do mesmo, através do III PNPM (BRASIL, SPM, 2013); analisar as contribuições do II PNPM (SPM, 2008) para a coeducação, contextualizadas no caderno da SECADI (MEC, 2007); comparar o II PNPM (BRASIL, SPM, 2008) com o PNE 2014-2024 (BRASIL, Lei 13.005/2014), cuja redação foi alterada em seu artigo 2º, inciso III para omitir as expressões “igualdade racial de gênero e orientação sexual” (BRASIL, Lei 13.005/2014, p. 43); perceber como e se os questionamentos sobre igualdades/desigualdades de gênero perpassam as falas das professoras; compreender como e se as políticas públicas e educacionais referentes à igualdade de gênero são conhecidas e refletidas na escola; investigar como se estabelece as interfaces das políticas e planos que ditam igualdade de gênero e as ações das professoras.

Vale ressaltar que buscas foram realizadas nos *sites* das bibliotecas de algumas instituições que mais apresentaram pesquisas na área, como Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de São Paulo (USP), além da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), instituição a qual a presente dissertação se teceu. Porém, em ambas instituições foram encontradas pesquisas sobre a temática envolvendo Ensino Médio, Educação Infantil, Currículo e Formação de Professores. Não foram encontradas nas supracitadas instituições federais de Minas Gerais pesquisas referentes aos Anos Finais do Ensino Fundamental (6ºs aos 9ºs anos) com a abordagem em Gênero, Educação, Coeducação no período estipulado para essa pesquisa de mestrado.

Do total de 136 pesquisas sobre a temática gênero e educação no contexto da educação formal selecionadas para essa dissertação, 18 referem-se aos anos finais do Ensino Fundamental, 16 discorrem sobre a temática na Educação Infantil, 12 estão relacionadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA), 23 direcionam seus estudos para os anos iniciais do Ensino Fundamental, 19 pesquisas relacionadas ao Ensino Médio, 17 pesquisas abordando a temática gênero no Ensino Superior, 17 trabalhos acadêmicos encontrados sobre formação continuada de professoras e professores, ações e reflexões dessas/es profissionais de todos os níveis e formação sobre as relações de gênero. Essa dissertação levou em consideração um período de dez anos, 2004-2014, pois determina como marco o ano de 2004, ano da I Conferência Nacional para as Mulheres, culminando no PNPM (SPM, 2004).

Na pesquisa documental foram analisados materiais relacionados a importantes congressos internacionais e nacionais sobre as mulheres, tendo como data marco a I Conferência Mundial para as Mulheres, no México (ICMM) em 1975, seguindo da II CMM (Copenhague, 1980), III CMM (Nairóbi, 1985) e a quarta e última conferência, IV CMM (Pequim, 1995), todas organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), sendo que a última conferência mundial completou quarenta (40) anos no ano de 2015. Além de demais eventos mundiais e nacionais, como a Convenção sobre Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW, 1979), Conferência Mundial dos direitos Humanos (Viena, 1993), a Plataforma do Cairo (Cairo, 1994) e a Convenção de Belém do Pará (Pará, 1994). Esses materiais correspondem aos relatórios escritos e acordos desses congressos, artigos em revistas, relatório para o Itamaraty escrita de uma importante participante da I CMM, a feminista Bertha Lutz<sup>2</sup>, resoluções, pareceres e pressupostos das políticas públicas e legislações que discorrem sobre igualdade de direitos nos campos educacional, político e econômico entre mulheres e homens. Porém, a ênfase da pesquisa foi dada às considerações que esses relatórios, tratados e Anais dispuseram sobre educação.

Quanto ao campo da pesquisa, foi uma escola pública da Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora, sendo selecionadas cinco docentes<sup>3</sup>, uma de cada disciplina (Geografia, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Educação Física), onde deram relatos através de entrevista individual semiestruturada. E para conceituar a entrevista semiestruturada, foi referenciado Augusto N. S. Triviños (1987 *apud* Manzini, 2004) que aponta esse instrumento de pesquisa como questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses relacionadas ao tema em análise, favorecendo a descrição, explicação e compreensão dos fenômenos sociais em sua totalidade. Ainda, como assevera o autor, a entrevista semiestruturada possibilita aflorar informações de forma mais livre, já que as respostas não estão condicionadas a um padrão de alternativas.

As perguntas da entrevista semiestruturada se nortearam, através de um roteiro, cujos temas foram as relações de gênero, os direitos de mulheres e meninas comparadas a homens e meninos, e possibilidades de políticas públicas que tratam de tais questões e são contextualizadas no II PNPM (BRASIL, SPM, 2008). O propósito era conhecer como elas enxergam possíveis disparidades de direitos de meninas e mulheres em relação aos homens e meninos, e também as mudanças a partir do que está estabelecido nesse Plano Nacional.

---

<sup>2</sup> Material disponibilizado pela UnB, projeto museuvirtualBertha Lutz.lhs.unb.br/bertha

<sup>3</sup> Quatro professoras mulheres e um professor homem. Mas a pesquisa não adotou a regra do masculino genérico, de modo a respeitar a maioria feminina tanto no conjunto da rede de ensino quanto no grupo entrevistado.

## O Traçado dos conceitos e definições

Ao se propor o estudo sobre as interfaces entre políticas públicas para a igualdade de gênero e as ações de professoras dos anos finais do Ensino Fundamental de uma escola municipal de Juiz de Fora, torna-se importante a compreensão de alguns conceitos relacionados à democracia, educação, coeducação, gênero e políticas públicas.

Para conceituar democracia é considerada a definição abordada por Maria Victoria Benevides (1996), ao apresentá-la como um regime político baseado na soberania popular e no respeito aos direitos humanos, agregando democracia política e democracia social. Assim, a autora entrelaça tal conceito como relevante para uma educação voltada para a cidadania e discorre que a educação para a democracia é “entendida a partir da óbvia universalização do acesso de todos à escola, tanto para a formação de governados quanto de governantes” (BENEVIDES, 1996, p.1).

A partir de tal definição, a educação para a democracia pode ser compreendida como um caminho para desconstruir as disparidades das relações de gênero na escola, envolvendo a participação de todos e todas, e para que o respeito a todas as manifestações de gênero no ambiente escolar seja um dos pilares da educação para a democracia, faz-se necessário discorrer sobre o conceito de coeducação, definido por Daniela Auad (2006) como fator que possibilita a ocupação dos mesmos espaços para meninas e meninos, o exercício e desempenho de mesmas funções e o acesso igual aos recursos educacionais que são viabilizados a partir da educação para a democracia. Sendo assim uma política pública propositiva a fim de pensar e transformar as relações de gênero no espaço escolar, e também um modo de questionar e reconstruir as concepções de masculino e feminino.

Diferente da escola mista, em que meninos e meninas estão inseridos na escola, mas ocupando espaços, posições e funções diferenciadas, o processo de coeducação possibilita o acesso delas e deles a uma educação de qualidade, respeitando as diferenças, valorização das múltiplas maneiras de ser menina, menino, homem, mulher e as variadas maneiras de apropriar-se das relações de gênero vivenciadas por transsexuais, travestis e toda a gente.

As manifestações e presenças dos feminismos igualitarista e interseccional, cujos conceitos, embasados em Crenshaw (2002), Castro (2005) e Auad (2002-2003), estão presentes nas elaborações de políticas públicas e Planos Nacionais existentes, que vão se tecendo a partir do ciclo de políticas Ball (1994, apud Mainardes, 2006). Através das ações

de movimentos feministas, há de se considerar Castro (2005, p. 10), sobre a visibilidade e legitimação social adquiridas por movimentos sociais como o feminismo, o movimento negro e o movimento juvenil, através de secretarias específicas, leis e programas, mesmo que ainda não ideais. Ou seja, ao tornarem-se visíveis, tais movimentos atuam no contexto da influência, corroborando para implantações de programas, leis e secretarias, correspondendo essa dinâmica ao contexto da produção de textos. Através do contexto da prática é notório perceber que ainda há um caminho a percorrer para chegar ao ideal, e, portanto, é preciso observar os efeitos refletidos na prática, através do contexto dos resultados, para conhecer os entraves ainda existentes.

Além de se pautar no ciclo de políticas, a presente pesquisa irá se inspirar nas assertivas de Nancy Fraser (2006) sobre redistribuição e reconhecimento, conceitos que dialogam com o processo cíclico de políticas acima citado nas elaborações de políticas públicas e educacionais para igualdade de gênero. E, segundo a teórica (2006, p. 231), a justiça exige tanto redistribuição quanto reconhecimento. Dessa forma, é importante conceber o reconhecimento cultural e a igualdade social como elementos que se apoiam, e não apenas se afastam, como geralmente ocorre, a partir de tensionamentos entre eles. Enquanto as lutas por reconhecimento tendem às particularidades de um determinado grupo, as lutas por redistribuição buscam desconstruir arranjos econômicos que caracterizam esses grupos, tornando esses dois proponentes, de acordo com a autora, contraditórios, pois na medida em que o reconhecimento propicia a diferenciação de um grupo, a redistribuição o desestabiliza. Porém, Fraser enfatiza que essas políticas devem caminhar juntas, através não apenas de *remédios afirmativos, mas também de remédios transformativos* (Fraser, 2006, p.231).

A pesquisa também se referenciou no conceito de gênero como conjunto de *constructos* culturais e sociais sobre as masculinidades e as feminilidades. Segundo Joan W. Scott (1995, p. 3), apareceu primeiro entre as feministas americanas que não aceitavam o determinismo biológico implícito em “sexo” e “diferença sexual”, e depois se torna “uma maneira de indicar as construções sociais - a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1995, p.7). Com base em tal premissa, para conhecer os processos que podem levar a uma educação igualitária para meninas e meninos no ambiente escolar é preciso, então, compreender gênero como uma categoria. E a partir dos conceitos e proposições das feministas sobre o termo gênero, o debate conduz às reflexões sobre como, na sociedade, nos múltiplos espaços sociais, se encontram os padrões engendrados que produzem assimetrias entre homens e mulheres, bem como os binarismos arraigados que embasam relações de variadas violências de gênero.

De acordo com Guacira L. Louro (1997, p. 22), é na escola, como um dos espaços e cena das relações de gênero, que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. Nesse contexto, a escola, celeiro de manifestações sociais diversas, sempre produziu conceitos de diferenciações, classificações e, assim, “dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento e hierarquização” (LOURO, 1997, p.57). Colocando cada qual no seu lugar, reproduzindo os papéis sociais discursivos do gênero, e segregando a partir dos próprios agentes e elementos pedagógicos (currículos, planejamentos, ações), que são os membros dos discursos sociais, e vão se engendrando ao processo educacional de meninas e meninos.

Como o sistema educativo formal é construído historicamente dentro de uma ótica heteronormativa, é importante observar como políticas públicas para a igualdade de gênero, que estão contextualizadas em políticas públicas educacionais, perpassam as ações dessas mulheres professoras, e se contribuem em suas formações profissionais e posturas adotadas no interior da escola no que diz respeito às relações de gênero, destacando se tais formações questionam a interação dessa categoria com classe social, raça/etnia, geração, orientação sexual, identidade de gênero.

### **Ações e reflexões docentes: aproximações e distanciamentos entre as políticas públicas e a sala de aula**

Para se chegar às cinco (5) profissionais docentes, sujeitos do campo para a pesquisa que o presente texto noticia, as escolhas e ofertas para participar das entrevistas foram feitas entre elas e a coordenação pedagógica da escola campo e houve pronta aceitação dessas professoras em participarem. Através de orientações para se caminhar na dissertação, ficou estipulado uma docente de disciplinas que representassem as áreas de linguagem e literatura (Língua Portuguesa), de exatas (Matemática), de políticas, história e sociedade (História e/ou Geografia), as áreas biológicas (Ciências e Educação Física). Todas mulheres, com exceção a disciplina de Educação Física, cujo profissional é homem<sup>4</sup>. Vale notar que elas são

---

<sup>4</sup> A disciplina de Educação Física deveria ter representante docente, devido ao fato de ser a área que essa dissertação mais encontrou pesquisas na temática gênero e educação na revisão bibliográfica, sendo uma delas direcionadas a analisar a Coeducação no contexto da Educação Física escolar, na dissertação de Luciano Corsino (2011).

profissionais da educação que podem ser consideradas “veteranas”, com a média entre 15 (quinze) e 20 (vinte) anos de exercício do magistério.

A escola que se tornou campo da pesquisa foi renomeada como **Escola Reflexiva**, apropriando-se da definição de Isabel Alarcão (2001, p. 26-27) que a descreve como a escola que se interroga, pensa em suas práticas, na sua missão social e que volta o olhar para a melhoria da educação e da organização. **Vale notar que a orientadora da pesquisa de mestrado aqui noticiada e co-autora do presente texto acredita ser alarmante ter de unir ao termo escola ou professor o adjetivo reflexivo para querer descrever tudo o que acima se coloca. Auad considera que ser reflexiva é inerente à escola e à docência, sendo assim uma redundância mencionar professor reflexivo ou escola reflexiva. Mesmo assim, há de se reforçar que foi possível adotar o nome Escola Reflexiva para o campo que abrigou a pesquisa pois trata-se também de menção à obra de Paulo Freire. É possível definir escola reflexiva a partir das considerações de Paulo Freire (1996) em relação as reflexões críticas de professoras e professores sobre a prática, pois “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a própria prática” (FREIRE, 1996, p. 43-44). Desse modo, há de ser relevante conceber que para implantar a coeducação (Auad, 2006), os/as profissionais da educação devem rever suas práticas, pensar sobre sua atuação, reconhecendo as discrepâncias acarretadas por hierarquizações de gênero que se reproduzem em seu interior e, sendo então reflexiva, agir para desconstruir as concepções que tanto geram violências e discriminações.**

Analisando os discursos pautados nas práticas e pontos de vista das cinco (5) professoras entrevistadas, é possível constatar que os arranjos e organizações entre alunos e alunas ocorrem de formas variadas, de acordo com as disciplinas e docentes. Enquanto que nas aulas de Língua Portuguesa, Matemática e Geografia não há separação por gênero e sim por afinidades e outros interesses (como se aproximar de um/a colega que domina o conteúdo) nas aulas de Educação Física e Ciências é nítida a divisão hierarquizada por sexo, a partir de relações tradicionais de gênero, assim como a motivação da competição entre alunas e alunos.

Dos relatos das professoras, é importante apontar aproximações e distanciamentos entre as políticas públicas e a sala de aula a partir do que propõe o II PNPM em seu capítulo sobre educação. E um dos distanciamentos mais acentuados entre as políticas públicas e a sala de aula, percebido através dos relatos das professoras, representa a ausência e/ou pouca oferta de cursos de formação continuada sobre as questões de gênero e orientação sexual, sendo esse quesito um dos objetivos, prioridades e ações traçados no capítulo educação do II PNPM (SPM, 2008). Segundo as docentes, devido a duplas jornadas de trabalho e pouca oferta de

horários, datas e opções para cursos, palestras nos últimos anos, não participaram e também não ficaram sabendo de nenhum curso oferecido que abordasse o tema gênero. Portanto, a escassez de cursos de formação continuada para educadoras e educadores aponta uma distância entre o que propõe o PNPM, pois uma das prioridades desse relevante Plano Nacional é “Promover a formação inicial e continuada de gestores/as e profissionais da educação para a equidade de gênero, raça/etnia e o reconhecimento das diversidades...” (SPM, II PNPM, 2008)

Cabe ressaltar, a partir dos relatos, que entre o período de 2012 e 2014 a temática gênero e orientação sexual foi silenciada nas palestras, eventos cursos de formação continuada para educadores/as na Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora, voltando a ser debatida em 2015, com o evento “Diversidade: avançar é preciso”, que ofereceu oficinas sobre Gênero, questões LGBT e de Raça/Etnia, além de palestra sobre a importância de olhar para as variadas manifestações de gênero e discutir sobre as violências causadas pelos preconceitos que acometem as variadas categorias que fogem ao hegemônico padrão heteronormativo branco masculino.

As poucas fontes e informações sobre as mulheres que rompem as relações de gênero tradicionais nos materiais didáticos e paradidáticos, bem como a hegemonia masculina que ainda dita os modelos de gênero nesses materiais, representam um distanciamento entre as políticas públicas, que poderiam ser concretizadas a partir dos objetivos, prioridades e ações traçados no II PNPM (SPM, 2008) e a sala de aula, pois segundo as professoras em suas observações no espaço da escola, pouco se alterou nesse quesito.

O olhar para os variados arranjos de gênero fora da ótica binária e hierarquizada na escola também significou um distanciamento, pois houve silenciamentos nas entrevistas sobre outras manifestações que não se enquadram ao padrão da heteronormatividade. As professoras também pouco conhecem e/ou ouviram falar do PNPM e suas referências para políticas públicas na educação para a igualdade de gênero, considerando a classe, raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero e geração.

As aproximações entre o que anuncia as políticas públicas e a sala de aula, no relato das professoras dessa pesquisa, são percebidas dentro dos contextos que distanciam. Assim, mesmo com carência de cursos de formação continuada sobre questões voltadas para o debate da igualdade de gênero, racial, geracional, de orientação sexual e identidade de gênero, as docentes, ainda com percepções binarizadas, já demonstraram alguns discursos de desconstrução de conceitos tradicionais que regem e impõem as relações entre mulheres e homens, como os relatos sobre algumas situações postas e/ou silenciadas nos livros didáticos

relacionadas a ausência de mulheres nos livros de Ciências. Quanto ao material dessa disciplina, as abordagens sobre saúde sexual, combate às DST e prevenções de gravidez são explanadas nos livros utilizados e em material paradidático sobre educação sexual, representando também uma aproximação entre a sala de aula e as políticas públicas, visto que no capítulo sobre Educação do II PNPM (SPM, 2008, p. 64) é apontada como uma das ações a elaboração de materiais que discorrem sobre tal questão.

### **Considerações Finais**

A pesquisa noticiada no presente texto, ao investigar as interfaces entre o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM, SPM) e as práticas e reflexões de um grupo de docentes, expressa a importância de Conferências mundiais e nacionais para elaboração de diretrizes e planos que culminassem em discussões sobre as condições de desigualdade que todos os grupos de mulheres se encontram, especificamente alguns grupos ainda mais vulnerabilizados devido a serem também minorias sociais do ponto de vista de raça/etnia, geração, orientação sexual, identidade de gênero e classe social. Constatou-se, assim, significativos distanciamentos e algumas aproximações entre as políticas públicas analisadas e a percepção de quem está na sala de aula. No trabalho aqui desenvolvido não houve pretensão de esgotar todas as interrogações entre o que está proposto no II PNPM (SPM, 2008) e sua interface com as práticas e reflexões docentes, mesmo porque o plano é revisitado e tem seus eixos reavaliados periodicamente a partir das Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais de Políticas para as Mulheres.

Assim, a partir de contundentes distanciamentos e de algumas e significativas aproximações entre o que está proposto no capítulo sobre Educação do PNPM e a sala de aula, representada aqui nas cinco professoras de uma escola da Rede Municipal de Juiz de Fora/MG, é pertinente que outras futuras pesquisas voltem o olhar para demais cenários escolares, outras etapas de ensino e também trabalhos que busquem encontrar as causas desse hiato entre os Planos Nacionais e as políticas públicas para igualdade de gênero e a escola, bem como quais mecanismos podem desestabilizar os modelos binários e assimétricos de gênero, visto que o propósito da dissertação que este texto noticia não é apontar com exatidão todas as causas desses distanciamentos e aproximações, e sim expô-las, descrevê-las e analisá-las de pontos de vista adotados.

Sob esse prisma, é de suma importância, a partir das aproximações e distanciamentos aqui percorridos, observar e analisar como o processo de desconstrução (ou não) dos

tradicionais, heteronormativos e assimétricos arranjos de gênero pode ser concretizado na escola e quais empecilhos ainda entravam o processo para visibilizar todas as categorias e construir igualdade de direitos a partir delas.

## Referências

ALARCÃO, Isabel (org.). **Escola Reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

AUAD, Daniela. Educação para a Democracia e Co-Educação: apontamentos a partir da categoria gênero. **Revista USP**, São Paulo, nº 56, p.136-146, 2002/2003. Disponível em [www.usp.br/revistausp/56/16](http://www.usp.br/revistausp/56/16). Acesso em 04/05/2014.

\_\_\_\_\_. **Educar meninas e meninos**: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006.

BENEVIDES, Maria Victória. Educação para a Democracia. **Lua Nova**, São Paulo, nº 38, p. 223-237, 1996. Disponível em [www.scielo.br/scielo](http://www.scielo.br/scielo). Acesso em 22/07/2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade- SECADI. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos, Brasília, 2007. Vol. 4. Disponível em [www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br). Acesso em 06/10/2014.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em [www.observatoriodopne.org.br](http://www.observatoriodopne.org.br). Acesso em 20/10/2015.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**, Brasília, 2008. Disponível em [www.portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacionalpoliticamulheres.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacionalpoliticamulheres.pdf). Acesso em 10/02/2014

CORSINO, Luciano Nascimento. **Relações de Gênero na Educação Física Escolar**: uma análise das misturas e separações em busca da coeducação. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências: Educação e Saúde na Infância e na Adolescência). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.

CASTRO, M.G., Gênero e Raça: desafios à escola. In: SANTANA, M. O. (Org) **Lei 10.639/03– educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação fundamental**. Pasta de Texto da Professora e do Professor. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 2005. Disponível em [www.educacao.salvador.ba.gov/documentos/genero.raca.pdf](http://www.educacao.salvador.ba.gov/documentos/genero.raca.pdf). Acesso em 22/11/2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos de discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC, pp. 171-188, 2002. Disponível em [www.scielo.br/pdf](http://www.scielo.br/pdf). Acesso em 06/08/2015.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça numa era “pós-estruturalista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, nº 14/15, p. 101-138, 2006. Tradução Júlio Assis Simões.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIOVANAZZO, Renata A. *Focus Group* em pesquisa qualitativa: fundamentos e reflexões. **Revista Administração On Line**, v. 2, n. 4, 2001. Disponível em [www.fecap.br/adm/online/art24](http://www.fecap.br/adm/online/art24). Acesso em 28/08/2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de Políticas: Uma contribuição para a análise de Políticas Educacionais. **Educ. Soc. Campinas**, Campinas, v. 27, nº 94, p. 47-69, 2006. Disponível em [www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br). Acesso em 13/08/2014.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. **Anais ...Bauru: USC**, 2004. CD- ROOM. ISBN: 85.98623-01-06. 10p. Disponível em [www.sepq.org.br/IIsipeq/anais](http://www.sepq.org.br/IIsipeq/anais). Acesso em 24/02/2015.

MUSEU NACIONAL (UFRJ). **Relatório de Bertha Lutz ao Ministro das Relações exteriores sobre sua participação na Conferência do México, 1975**. Rio de Janeiro, 7p. Documento transcrito por Teresa N. Marques. Disponível em [lhs.unb.br/bertha](http://lhs.unb.br/bertha). Acesso em 09/09/2014.

OBSERVATÓRIO 2. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2012-2015. **Revista do Observatório Brasil para a Igualdade de Gênero**, 2012, nº 4, p.11-19. Disponível em

www.observatoriodegenero.gov.br/revista-observatorio2. Acesso americana de Direitos Humanos. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher**- Convenção de Belém do Pará, Belém do Pará, 1994. Acesso em www.observatoriodegenero.gov.br>Eixos>Internacional. Acesso em 03/09/2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conferência Mundial dos Direitos Humanos. **Declaração e Programa de Ação de Viena**, Viena, 1993. PP. 3-5. Disponível em www.observatoriodegenero.gov.br>Eixos>Internacional. Acesso em 02/09/2014.

\_\_\_\_\_. **Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher/CEDAW**. 1979. Disponível em www.observatoriodegenero.gov.br>Eixos>Internacional. Acesso em 02/09/2014.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento**. Plataforma de Cairo, 1994. Disponível em www.observatoriodegenero.gov.br>Eixos>Internacional. Acesso em 03/09/2014.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol.20, n° 2, pp.77-99, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. In: \_\_\_\_\_ (org.) **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis. Vozes, 2014

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNITED NATIONS ORGANIZATIONS. **Report of World of the International Conference of the International Women's Year**. Cidade do México, 1975, tradução da autora. Disponível em www.observatoriodegenero.gov.br.>Eixos>Internacional. Acesso em 05/9/2014.

\_\_\_\_\_. **Report of the World Conference of the United Nations Decade for Women: Quality, Development and Peace**. Copenhagen, 1980, tradução da autora. Disponível em www.observatoriodegenero.gov.br.>Eixos>Internacional. Acesso em 05/9/2014.

\_\_\_\_\_. **Report of the World Conference for Review and Evaluation for Achievement to the United Nations Decade for Women: Equality, Development and PEACE**. Nairóbi, 1986, tradução da autora. Disponível em www.observatoriodegenero.gov.br.>Eixos>Internacional. Acesso em 05/9/2014

\_\_\_\_\_. **DECLARAÇÃO E PLATAFORMA DE AÇÃO DA IV CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER, 1995.** Pequim, 1996. Disponível em [www.observatoriodegenero.gov.br.>Eixos>Internacional](http://www.observatoriodegenero.gov.br.>Eixos>Internacional). Acesso em 05/9/2014